

DESCOLONIZAR PARA LIBERTAR: A DESCONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA EURO-AMERICANA DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS LEGITIMADORES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Simone Rosiane Corrêa Araújo (1); Maria Victória Martins Gomes (1)

Faculdade de Direito Santo Agostinho (FADISA). simone_correa_araujo@hotmail.com

Faculdade de Direito Santo Agostinho (FADISA). vicmartins@hotmail.com

Resumo

O estudo versa sobre a contribuição da descolonialidade dos conceitos de sexo e gênero para a desconstrução da estrutura patriarcal que fundamenta a produção e reprodução de conhecimentos legitimadores da violência de gênero. Apresenta os referidos conceitos como expressões do pensamento hegemônico eurocêntrico e denuncia a inadequação do seu uso universalizado. O presente texto é resultado de pesquisa bibliográfica, exploratória, com emprego do método hipotético dedutivo e monográfico. Tem como referencial teórico as noções de colonialidade de poder em Quijano (2005), colonialidade do saber em Mignolo (2007) e colonialidade de gênero em Lugones (2010). Intenta elucidar, enfim, que a descolonialidade – seja ela de poder ou dos saberes - requer o respeito à cosmologia de cada povo, a reivindicação de direitos epistêmicos e um pleno protagonismo discursivo e histórico, a fim de viabilizar um modelo global que substitua a lógica binária, hierárquica e dicotômica pela lógica da coexistência pluriversal.

Palavras-chave: descolonialidade, gênero, feminismo.

Introdução

Considerando as relações de dominação e violência fundamentadas nas diferenças estabelecidas entre sexos e gêneros, o presente estudo investiga a fundamentação das concepções naturalizantes da ordem hierarquizada, binária e dicotômica estabelecida. A análise parte da hipótese de uma construção histórica e discursiva legitimada pelo conhecimento produzido para legitimar um processo de dominação hegemônica característica da modernidade.

Os conceitos binários e dicotômicos de sexo e gênero são aqui revelados como construções coloniais. Busca-se demonstrar a inadequação de sua adoção universal para compreensão de relações de opressão e dominação vivenciadas em contextos variados. Diante dessa constatação questiona-se sobre a contribuição da descolonialidade dos conceitos de sexo e gênero e da desobediência epistêmica no processo de desconstrução do conhecimento de cunho patriarcal eurocêntrico, visando a alteração do sistema de dominação que se encontra fundamentado numa valoração das diferenças biológicas atribuídas por discursos e conhecimentos produzidos e disseminados pela Europa colonizadora.

A pesquisa bibliográfica exploratória iniciou-se com a reflexão sobre a construção da modernidade e do processo de classificação dos indivíduos apresentados por Quijano (2017) e Mignolo (2007). O objetivo era buscar elucidaciones sobre os fundamentos históricos, ideológicos e científicos que legitimaram a taxonomia social, compreendida como processo no qual as pessoas são classificadas segundo uma ordem dicotômica e valorativa garantidora das relações de dominação.

Com Spivak (2010) destacou-se a institucionalização do discurso e seu uso como manifestação de poder, alertando para seu emprego como instrumento de interdição, rejeição e separação dos indivíduos, dando origem a relações de dominação.

Os levantamentos bibliográficos que se seguiram possibilitaram a compreensão da origem e da fundamentação das relações de poder entre os sexos e gêneros. Acabaram por revelar os conceitos de sexo e gênero como expressões de um pensamento hegemônico originado na Europa e

assimilado por outras culturas através do processo de colonialidade do ser, do poder, do saber e, conseqüentemente, dos sexos e gêneros.

O uso de conceitos de sexo e gênero se mostrou como instrumento de violência empregada em diversos contextos e instituições, a fim de manter relações de superioridade e inferioridade. É o que se depreende das críticas de Oyewumi (2004) e Gonzalez (1988) aos conceitos feministas de gênero e sexo baseados na família nuclear euro-americana, cuja estrutura é generificada e pautada em relações de dominação que permitem a defesa de valores e princípios familiares opressores e misóginos.

Ao indagar-se sobre a contribuição da descolonialidade de conceitos na viabilização da desconstrução da estrutura patriarcal de produção de conhecimentos que legitimam a perpetuação da dominação masculina, se vislumbrou a possibilidade de aplicação à questão de gênero dos estudos sobre desobediência epistêmica e identidade em política de Mignolo (2002).

Os questionamentos que direcionam o desenvolvimento desse trabalho são: considerando a resistência própria às relações de poder, é possível cogitar a hipótese de um contra discurso que desconstrua a hegemonia da verdade eurocêntrica e que permita uma ressignificação das noções e conceitos sobre sexualidades e gêneros?

Descolonialidade de conceitos, desobediência epistêmica e agenciamento

A verdade do discurso foi escrita por sujeitos e instituições segundo uma vontade de saber e de poder que colocou o oprimido numa posição deslocada, impossibilitando uma posição central na história, nas ciências, nas religiões ou na política (SPIVAK, 2010). Trata-se do processo denominado por Quijano (2017) de colonialidade do poder, cujas estratégias consistiram principalmente na racialização, exploração e inferiorização de populações colonizadas pelo europeu.

Ao considerar o conceito de agente enquanto ser humano independente atuando em prol de seus interesses e agência como os meios necessários para tanto, pensa-se no deslocamento discursivo como caminho para colocar os subalternos no lugar de sujeitos do discurso e da ação. Para Spivak (2010) o caminho passa pelo enfrentamento e problematização dos discursos hegemônicos e pelo cuidado necessário a quem produz conhecimento quanto às suas próprias crenças e ações, sendo indispensável relacionar o conhecimento teórico ao engajamento político.

A preocupação central presente no pensamento da autora diz respeito ao poder que é negado ao subalterno, assim considerado aquele que se encontra nas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 13). Segundo ela, o subalterno é desprovido da oportunidade da fala e ainda que consiga falar não será ouvido. Ganha destaque em seus textos a crítica aos intelectuais que se investem da função de representante do subalterno construindo discursos de resistência que pronunciarão no lugar do oprimido, que permane então na sua situação de silêncio em razão da crença do intelectual em poder falar pelo outro. Nesse contexto o discurso e o conhecimento permanecerão institucionalizados não sendo possível, assim, qualquer deslocamento, desconstrução ou agenciamento (SPIVAK, 2010). A questão principal, portanto, é pensar sobre como implementar o pretendido deslocamento discursivo.

Ao buscar respostas para os problemas levantados, deparou-se com as noções de desobediência epistêmica, descolonialidade de pensamento e identidade em política apresentados por Mignolo (2007). O autor elucida que a opção descolonial pede desobediência epistêmica e política, pois visa conseguir o agenciamento dos colonizados tornando-os sujeito da própria história. A proposta é a substituição de uma política de identidade pela identidade em política, tendo em

vista que a última assegura o direito à diferença e a liberdade para a construção da identidade fora da política racionalizada e hierarquizada europeia fundamentada em conceitos ideológicos.

A primeira tese, a identidade NA política (melhor que política de identidade), é um movimento necessário de pensamento e ação no sentido de romper as grades da moderna teoria política (na Europa desde Maquiavel), que é – mesmo que não se perceba – racista e patriarcal por negar o agenciamento político às pessoas classificadas como inferiores (em termos de gênero, raça, sexualidades, etc). A segunda tese se fundamenta no fato de que essas pessoas, consideradas inferiores, tiveram o agenciamento epistêmico negado pela mesma razão. Assim, toda mudança de descolonização política (não racista, não heterossexualmente patriarcal) deve suscitar uma desobediência política e epistêmica. (MIGNOLO, 2007, p. 287)

Argumenta que “a moderna teoria política (na Europa desde Maquiavel), é, ao mesmo tempo – mesmo que não se perceba – racista e patriarcal por negar o agenciamento político às pessoas classificadas como inferiores (em termos de gênero, raça sexualidade, etc)” (MIGNOLO, 2007, p. 287). O autor aponta caminhos que passam por todos os setores – propostas políticas, econômicas e educacionais – visando alcançar o agenciamento para os colonizados tornando-os sujeitos da sua própria história a partir de uma desconstrução completa do que ele chama de “retórica da modernidade” fundamentada nos ideais de salvação e boa vida, apropriação da terra, desprezo pela vida humana e exploração do trabalho alheio. Destaca que uma vez que os discursos hegemônicos europeus criaram a política de identidade, não serão encontrados caminhos para a pretendida desconstrução dentro desses mesmo discursos que negaram agenciamento político e epistêmico àqueles considerados inferiores a partir da classificação moderna.

A política de identidade à qual se refere Mignolo diz respeito à idealização que ocorreu durante o século XIX de uma identidade nacional branca, cristã e burguesa implementada às custas de políticas de branqueamento das populações coloniais. Percebe-se que a política de identidade europeia se pauta numa igualdade que desrespeita as diferenças; já a identidade na política estaria fundamentada no direito à diferença e na liberdade de construção da identidade fora da política racializada e hierárquica europeia. Logo, a identidade em política é a única maneira de pensar descolonialmente, pois todas as outras formas de pensar significam permanecer na razão imperial, ou seja, dentro da política imperial de identidades. Deve-se considerar ainda que mesmo as críticas feitas ao pensamento europeu, quando originados desse mesmo contexto epistemológico, estão fundamentados nas razões ocidentais, logo:

A política de identidade opera na suposição de que identidades essenciais entre as comunidades marginalizadas (por razões raciais, de gênero e sexuais) são as que merecem reconhecimento. Em geral, políticas de identidades não se comprometem em nível de Estado e permanece na esfera da sociedade civil. Identidade em política, ao contrário, desliga-se da jaula de ferro dos “partidos políticos” como tem sido estabelecido pela teoria política moderna/colonial e eurocentrada. (MIGNOLO, p. 312, 2007)

A proposta de desobediência epistêmica abarca, portanto, a liberação do sujeito de uma identidade disciplinar historicamente construída e, conseqüentemente de todas as formas de violência vivenciadas pelos sujeitos subordinados; visa libertar do padrão epistemológico eurocêntrico e dar voz àqueles que ao longo da história são tratados como subalternos e indefinidos. Deve se levar em consideração que a política de identidade europeia se fundamentou na definição de todas as identidades a partir do europeu, ou seja, definiu-se uma política de identidade e ela foi camuflada em diversos discursos como sendo natural quando, na realidade, estava servindo ao

propósito dos discursos hegemônicos europeus de hierarquização racial e social. Para se afirmar como superior, o europeu teve que construir o inferior.

A proposta descolonial apresenta como forma de resistência um ideal de vida baseado numa coexistência pluriversal livre das noções de dominação e subordinação. Propõe como ponto de partida o que Mignolo (2007) chama de pensamento e epistemologia de fronteira como forma de reinserção do conhecimento e defende a resistência aos projetos e ideias desenvolvimentistas euro-americanas produtoras e reprodutoras das noções de dominação e subordinação, uma vez que

Descolonização, ou melhor, descolonialidade, significa ao mesmo tempo: a) desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução (que, é claro, significa uma economia capitalista); e b) desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamentos ocidentais (por exemplo, o bem sucedido e progressivo sujeito e prisioneiro cego do consumismo). (MIGNOLO, p. 313, 2007)

Para Mignolo um projeto descolonial que venha a confrontar a globalização neoliberal deve estar fundamentado na substituição do poder político pelo poder comunitário, numa organização econômica que valorize a vida e, sobretudo, numa distribuição justa de recursos em substituição à acumulação de riquezas.

Pensando a descolonialidade e a desconstrução epistêmica como recursos contra a violência de gênero

Considerando as informações e análises até aqui apresentadas e partindo da pressuposição que a estrutura patriarcal está fundamentada em conceitos, discursos, conhecimentos e práticas absorvidas do pensamento hegemônico eurocêntrico legitimador das relações hierárquicas de sexo e gênero, torna-se necessário avaliar a descolonialidade enquanto deslocamento discursivo que coloque os sujeitos subalternos numa posição centrada na história. Indaga-se, portanto, sobre a contribuição da descolonialidade dos conceitos binários de sexo e gênero e da desobediência epistêmica no processo de desconstrução do discurso e do conhecimento de cunho patriarcal, visando a alteração da estrutura na qual se origina, pressupondo o sistema de dominação como fundamentado e legitimado através de discursos, práticas e conhecimentos produzidos nas mais diversas ciências modernas eurocêntricas.

Segundo Lugones (2010), os conceitos relacionados à sexualidade e ao gênero são produtos de um complexo processo de colonialidade de poder que foi indispensável à construção da modernidade e que vinculou erroneamente o gênero ao sexo biológico. Fundamentado em estratégias de racialização, classificação, exploração e inferiorização das populações colonizadas, constituiu-se como um processo que camuflou o oprimido tornando-o invisível dentro de categorias racializadas e engendradas onde as subjetividades foram subordinadas. A autora alerta que o pensamento moderno colonial capitalista universalizou uma lógica dicotômica e hierárquica das raças, gêneros e sexualidades e defende que as respostas para uma ressignificação estarão na rejeição das universalizações e na adoção de uma lógica de coalizão que permita visualizar as diferentes colonialidades empreendidas pela lógica da opressão e elucida:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. (LUGONES, p. 935, 2010)

De acordo com o sistema europeu moderno, burguês e cristão, apenas o homem heterossexual é considerado sujeito agente e atuante na vida pública e dotado de racionalidade. A mulher, por sua vez, se apresenta como uma extensão, um elemento complementar ao homem, cujas características seriam a passividade e sensibilidade que a tornariam inapta à vida pública colocando-a numa posição de subordinação e inferioridade nas relações íntimas e sociais. O homem heterossexual torna-se então a medida para todas as coisas e todas as definições. A mulher é apenas o seu outro. Lugones esclarece que a origem dessa definição baseada em categorias dicotômicas tem sua origem na taxinomia dimórfica aplicada aos animais pelas ciências naturais. O dimorfismo sexual se tornou a fundamentação essencial para a compreensão dicotômica de gênero enquanto característica humana. (LUGONES, 2010)

Ao apresentar a imposição dos conceitos de gênero como parte do processo de racialização colonial durante o processo de construção da modernidade, Lugones destaca o importante papel desenvolvido pela religião. As estratégias civilizatórias cristãs durante a colonização incluíam a marcação da sexualidade feminina como maligna, o emprego da dicotomia hierárquica de gênero como fator de avaliação e a normatividade que conectava gênero e civilização determinando o controle de práticas reprodutivas e sexuais dos povos colonizados.

Lugones chama a atenção para o fato de que diferentemente da colonização, a colonialidade de gênero não foi abandonada e ainda sustenta relações de opressão que só serão superadas à partir de uma resistência que considere a perspectiva de diferença colonial. Ressalta a necessidade dos feminismos levarem em consideração os diferentes processos de colonização, pois determinaram situações diversas de subalternização das mulheres. A compreensão da opressão e subalternização das mulheres colonizadas – colonialidade de gênero - exige a análise combinada dos fenômenos da racialização, colonização, exploração capitalista e imposição do heterossexualismo. Descolonizar gênero, ou superar a colonialidade do gênero, segundo Lugones

É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. [...] Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir aprender sobre povos. (LUGONES, p. 940, 2010)

Surge dessa maneira a noção de feminismo descolonial, cujo diferencial é o respeito às particularidades dos povos, sobretudo quanto às experiências de colonização/colonialidade, seus efeitos e às resistências históricas opostas ao colonizador. A metodologia da descolonialidade deve, portanto, ler o social a partir das cosmologias que o informam e abandonar as hierarquias dicotômicas que diferenciam os seres humanos. Deve ser adotada a lógica de coalização, pois ela permite visualizar as diferentes colonialidades empreendidas pela lógica da opressão europeia.

A ideia de um feminismo descolonial é encontrada também nas publicações de Lélia Gonzales, que critica o feminismo hegemônico que desconsidera as diferentes lutas empreendidas historicamente pelas mulheres contra o patriarcado. Cardoso (2014), ao explicar as propostas de Gonzalez para um feminismo amefricanizado, destaca a denúncia por ela empreendida à insuficiência dos conceitos europeus de sexo e gênero - advindos de uma interpretação dos sujeitos que se encontram dentro de famílias mononucleares, burguesas, brancas e cristãs - e sobre a inadequação de seu emprego universalizado a realidades sociais, econômicas e culturais tão distintas. Gonzalez (1988) defende a descolonialidade do pensamento feminista apresentando a amefricanidade como proposta de combate à colonialidade de pensamento na América Latina através da busca de uma nova epistemologia que se afaste do eurocentrismo e desconstrua as estruturas que mantêm o pensamento colonizado. Suas ideias ressaltam a insuficiência e limitação

do conceito de gênero europeu, capitalista e patriarcal para explicar as diversas formas de subordinação das mulheres em diferentes culturas.

Em *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez, Cardoso (2014)* apresenta as principais ideias da autora que se fundamentava, sobretudo, nas suas experiências pessoais e em textos autobiográficos. Ressalta que diante da proposta de construção de um paradigma descolonial e a busca por uma epistemologia feminista, Gonzalez surpreende o leitor ao utilizar uma linguagem fora do modelo acadêmico e das normas e regras gramaticais, o que pode ser entendido como uma oposição à colonialidade do poder e do saber. A metodologia por ela adotada tem a intenção de dar destaque ao protagonismo do sujeito em detrimento das imposições normativas coloniais. O objetivo é o afastamento da visão de mundo e do pensamento moderno europeu. Dessa forma Gonzalez

Criticando a ciência moderna como padrão exclusivo para produção do conhecimento, vê a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população, uma vez que o modelo valorizado e universal é branco. Disto decorre que a explicação epistemológica eurocêntrica conferiu ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do conhecimento válido, estruturando-o como dominante, e inviabilizando, assim, outras experiências do conhecimento. (CARDOSO, 2014, p. 971)

Depreende-se, enfim, que o afastamento dos universalismos é indispensável à identificação dos aspectos comuns e, ao mesmo tempo, das particularidades da experiência colonial de cada povo, o que é necessário à implementação do pretendido feminismo descolonizado voltado para as mulheres historicamente marginalizadas. Outro aspecto crucial a ser considerado na busca por novas epistemologias que fundamentem o feminismo amefricano é a relação que deve ser estabelecida entre gênero, raça e classe ao buscar compreender as situações de opressão vivenciadas. Gonzalez critica as feministas brancas pelo esquecimento do racismo, considerando-o um reflexo de uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade. Segundo Cardoso:

A luta contra essas opressões apresenta um longo caminho já trilhado. Assim sendo, a categoria amefricanidade, por ela cunhada, mais do que indicar a experiência comum com a escravidão, a dominação e a exploração da colonialidade tem na resistência sua centralidade. (CARDOSO, 2014, p. 982)

Pautado-se, pois, nas ideias de Gonzalez, conclui-se que a descolonização do feminismo passa pela valorização dos saberes subalternos e por um diálogo que possibilite a aproximação das experiências vivenciadas por mulheres negras, lésbicas, brancas pobres e indígenas. (CARDOSO, 2014)

Oyewumi (2004) compartilha da mesma compreensão acerca das origens dos conceitos de sexos e gêneros, ou seja, coaduna com a crítica quanto à sua fundamentação na realidade euro-americana e na estrutura mononuclear das suas famílias. Para esta filósofa feminista nigeriana, os discursos euro-americanos de proteção aos valores e princípios familiares não raro servem como justificativa para relações de opressão e misoginia. Alerta ainda para a origem do feminismo europeu a partir das experiências vivenciadas pelas mulheres burguesas brancas e a inadequada universalização das suas teorias.

Assim como Lugones e Gonzales, Oyewumi destaca a necessidade de repensar as classificações binárias impostas pelo processo colonial como pressuposto para a compreensão de outras realidades e culturas. Usa como exemplo a comparação entre as estruturas familiares europeias baseadas na conjugalidade, onde a identidade da mulher se define a partir das funções que exerce como mãe e esposa, e o arranjo familiar matrilinear e matrifocal encontrado em algumas sociedades da África, sendo a mãe aí definida a partir dos filhos e não do marido.

Questão diversa levantada por Oyewumi (2004) em relação ao feminismo euro-americano é a adoção do gênero como categoria analítica universal utilizado para descrever o mundo e prescrever soluções. O problema estaria no fato de ser o gênero uma construção social que não pode, por essa mesma razão, ser universalizado. Dessa maneira, para compreender a complexa relação entre sexos/gêneros e seu reflexos na sociedade é indispensável levar em consideração as particulares da cada cultura; significados e interpretações devem derivar da organização social e das relações sociais, prestando muita atenção aos contextos culturais e locais específicos (OYEWUMI, 2004). Percebe-se que a teoria de Oyewumi chama a atenção para a necessidade de compreender as relações humanas sob a perspectiva de culturas diferentes da americana e da europeia, pois essa nova perspectiva poderia dar ensejo a abertura de novos caminhos que levariam a espaços nos quais os subalternos e oprimidos assumiram o local de agente da própria história.

Outra importante pensadora descolonial é Ochy Curiel (2015), para quem o feminismo deve ser entendido como uma luta das mulheres contra o patriarcado. Curiel explica que as feministas do chamado terceiro mundo são vistas como vítimas e não como agentes de sua própria história em decorrência da colonialidade que alcançou o movimento feminista como efeito do nascimento do sistema mundo moderno, impossibilitando o reconhecimento do pensamento não hegemônico advindo da Europa. Por essa razão, as produções feministas latino-americanas não são vistas como acadêmicas, faltando reconhecimento dentro da própria América Latina e, sobretudo, na Europa que juntamente com os Estados Unidos se tornam as principais referências.

Curiel defende o reconhecimento do feminismo como teoria social e destaca o papel do intelectual no processo de desconstrução do pensamento hegemônico. Para ela a descolonialidade requer articulação entre a teoria produzida na academia e as práticas devidas do ativismo político. Explica que é necessário livrar o conhecimento das ataduras impostas pelos métodos ilustrados e racionais e sua pretensão de universalização totalizadora, assumindo em contrapartida narrativas independentes e autônomas. (CURIEL, 2015)

Assim como Oyewumi (2004), Curiel critica a adoção do gênero como categoria de análise universal, ressaltando tratar-se de um fator muito limitado, uma vez que a opressão é determinada pela sobreposição da raça, do sexo, do gênero e da classe social. A interseccionalidade deve então ser o elemento essencial que fundamentará as análises sobre opressão e subalternização.

Conclusões

Considerando as informações levantadas, se mostra necessária uma análise crítica do emprego colonial de conceitos de gênero e sexo advindos das concepções euro-americanas e fundamentadas na família mononuclear. Defende-se a substituição da lógica dicotômica colonial pela lógica da coalizão e a adoção de uma política que permita o agenciamento dos subalternos através de novos caminhos epistemológicos.

O conceito de gênero é empregado como categoria analítica universal na busca por respostas frente às relações de dominação, mas é necessário desconstruir o sistema dicotômico hierárquico engendrado colonial, superar a insuficiência de categorias analíticas e valorizar saberes subalternos com novas propostas epistemológicas. Significados e interpretações de conceitos devem considerar a multiplicidade de tradições, culturas, relações de poder que ligam os sujeitos numa sociedade. Deve-se ler o social a partir das cosmologias que o informam. Suscita-se como necessária a ocupação do espaço público por todos aqueles que historicamente ocuparam posições subalternas. É indispensável uma mudança duradoura com substituição da estrutura de relações hierárquicas de dominação por relações de parcerias e reciprocidade. Isso só será possível a partir de um novo modo de pensar, produzir conhecimentos e práticas que agenciem o dominado como sujeito da fala e da história.

A existência de diferentes pressuposições ontológicas exige o respeito à conexão entre o local e pensamento na leitura descolonial de sexo e gênero. Um novo paradigma epistemológico requer, enfim, a adoção da lógica de coalização – que permite visualizar as diferentes colonialidades empreendidas - em substituição à lógica dicotômica atual. O afastamento dos universalismos é indispensável à identificação dos aspectos comuns e, ao mesmo tempo, das particularidades de cada cultura.

Conclui-se a partir do exposto que a descolonialidade requer uma organização fundamentada na cosmologia de cada povo. É imprescindível para isso reivindicar direitos epistêmicos e protagonismo discursivo e histórico. A proposta política e econômica descolonial coaduna com o ideal de desconstrução e/ou ressignificação discursiva ao apontar como principais fundamentos um plano de pensamento marcado pela complementariedade de opostos, pela reciprocidade de direitos e deveres e compartilhamento de responsabilidades. Vislumbra-se, assim, a possibilidade de um modelo global que substitua a lógica binária, hierárquica e dicotômica pela lógica da coexistência pluriversal.

Referências

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, jan. 2015. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757/28579>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo**: uma perspectiva desde America Latina y el Caribe. Disponível em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/39749/>. Acesso em: 31/08/2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. Caderno de formação política do Círculo Palmarino, São Paulo, vol.1, n. 1, 12 -21. 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, jan. 2015. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n.34, p.287-324, 2008. Disponível em: www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/traducao.pdf Acesso em: ago. 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

OYEWUMI, Oyeronke. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **Codesria Gender Series**. Dakar, v I, p. 1-8. 2004.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org>. Acesso em 04/08/2017